

“Tarifa Açores” custou mais de 4 milhões de euros nos primeiros seis meses deste ano

Os subsídios em benefício do passageiro residente na Região Autónoma dos Açores para promoção da mobilidade interilhas, vulgo “Tarifa Açores”, concedidos para o período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2024, custaram 4,1 milhões de euros, para mais de 163 mil viagens interilhas.

Regista-se, assim, um aumento em 5,4% do número de viagens relativamente ao mesmo período de 2023, com um investimento adicional de 256.458,16 euros.

Considerando o mesmo período do último ano, o valor faturado pela SATA foi de 3.902.077,71 euros, o que equivale a 156.248 viagens de ida e volta entre as nove ilhas.

Também se verificou uma subida no número de bilhetes vendidos no

primeiro semestre de 2024 comparativamente ao mesmo período do ano anterior - mais de 5,38%.

O maior número de viagens com este subsídio foi realizado na ilha de S. Miguel, com 57.636 viagens, que custaram 1,5 milhões de euros, seguindo-se a ilha Terceira, com 41.446 viagens, que custaram 1 milhão de euros.

Faial e Pico são as ilhas seguintes, sendo o Corvo a ilha em que se realizou menos voos.

A “Tarifa Açores” foi criada em 2021 pelo Governo da coligação com um valor máximo de 60 euros - ida e volta - para residentes que viajam interilhas.

O pagamento à SATA dos referidos valores foi publicado ontem no Jornal Oficial.

De 1 janeiro a 30 junho 2024

Ilha Destino	Número de Viagens	%	Valor Subsidiado
SANTA MARIA	10 928	6,68%	185 932,77 €
SÃO MIGUEL	57 636	35,23%	1 530 952,48 €
TERCEIRA	41 446	25,33%	1 085 417,89 €
GRACIOSA	8 066	4,93%	164 497,90 €
SÃO JORGE	9 199	5,62%	204 495,03 €
PICO	13 153	8,04%	384 289,95 €
FAIAL	15 264	9,33%	407 379,44 €
FLORES	6 503	3,97%	161 241,28 €
CORVO	1 421	0,87%	34 329,13 €
Total R.A.A.	163 616	100%	4 158 535,87 €

Novo corte das taxas de juro vai trazer mais alívio às famílias com crédito à habitação

O Banco Central Europeu (BCE) optou ontem por cortar os juros de referência para a zona euro em 25 pontos base (p.b.), a segunda descida este ano face a uma inflação em claro recuo que se aproxima cada vez mais do objetivo de médio-prazo da autoridade monetária.

A principal taxa de referência para a zona euro fica assim em 3,5% depois da reunião de ontem, uma decisão já largamente esperada pelos investidores e analistas face à queda sustentada da inflação este ano e a fragilidade da economia europeia, que volta a aproximar-se de uma situação de estagnação.

Recorde-se que a leitura mais recente da inflação, de agosto, aponta para uma variação homóloga do índice de preços no consumidor (IPC) de 2,2% para o bloco da moeda única, uma descida significativa em relação aos 5,2% registados um ano antes.

Excluindo as categorias de maior volatilidade, a energia e alimentação, a inflação manteve-se inalterada em 2,8%.

Alívio para famílias e empresas

Este corte das taxas de juro significa um alívio para quem tem crédito, sejam empresas ou famílias.

Analistas acreditam que o BCE podia até ser mais “audacioso, mas estes são tempos incertos: “Uma inflação resiliente” ou “uma crise petrolífera, impediria esses cortes das taxas de juro”.

E há outra certeza a levar em conta: apesar das descidas de juros que se adivinham, as taxas não vão voltar ao que tínhamos antes em 2021

É a segunda descida de 2024 — a primeira aconteceu em junho —, mas não deverá ser a última.

Para além da reunião de setembro, a instituição liderada por Christine Lagarde ainda terá reuniões de política monetária



em outubro e em dezembro.

Houve 10 subidas consecutivas

Ao fim de quase dois anos de 10 subidas consecutivas de taxas de juro devido à inflação, o BCE toma, assim, uma decisão que já era aguardada.

Paulo Monteiro Rosa, economista sénior do Banco Carregosa, disse à CNN: “Como um todo a atual probabilidade é de que as taxas de juro do BCE desçam cerca de 100 pontos base este ano”, terminando a taxa de juro de depósitos muito provavelmente nos 3%, depois de no início do ano a taxa ter atingido 4%.

Mas esta ainda não é uma certeza e a probabilidade de um corte em outubro é menor, salienta Paulo Monteiro Rosa.

Sem este corte, a descida de taxas apenas chegaria aos 75 pontos base em 2024: 25 pontos em junho, 25 em setembro e 25 em dezembro.

Filipe Garcia, economista e presidente da IMF, aponta na mesma direção e diz que a descida de ontem era esperada: “O mercado dá como certo mais um corte de taxas de juro de 25 pontos base até ao fim do ano e 50% de hipóteses de que sejam mais dois, além deste de quinta-feira.”

Filipe Garcia vê os membros do BCE

“mais confortáveis com a evolução da inflação” e sensíveis aos sinais de desaceleração económica na Europa e a nível global, sugerindo que o facto de a Reserva Federal norte-americana também se preparar para cortar taxas para a semana “dará conforto ao BCE para implementar uma política monetária menos restritiva”.

Uma inversão tardia

No entanto, defende, a inversão da política monetária “está a acontecer de forma tardia”, tendo as taxas de juro também “subido mais do que teria sido necessário” e lembra que o discurso até março passado “foi de certa forma inflamatório tendo em conta os fatores que induziram o ciclo inflacionista e a evolução que já se vinha observando da inflação e da economia”.

Por sua vez, Paulo Monteiro Rosa acredita que o BCE podia ter ido mais além. “A taxa de inflação homóloga na Alemanha de 1,9% em agosto e o crescente fracasso desempenho da economia germânica, sobretudo da sua importante indústria automóvel, um motor das exportações alemãs, pediam cortes mais enérgicos por parte do BCE”.

Não foram, justifica, porque os dados da inflação nos EUA, referentes a agosto, “voltaram a evidenciar alguma resistência dos preços do lado de lá do Atlântico, sendo um entrave a um banco central europeu mais arrojado no corte das taxas de juro”.

Monteiro Rosa alerta ainda para o facto de que “uma desaceleração da economia, marcada mesmo por uma recessão, e uma deflação de preços, poderiam até aumentar a amplitude dos cortes dos juros em 2025, mas uma inflação resiliente, uma crise petrolífera, impediria esses cortes das taxas de juro”.

Com este corte, as taxas Euribor também sofrerão, necessariamente, alterações.

“A tendência é para a Euribor seguir

a tendência de baixa das taxas de juro de referência do BCE. A Euribor a 12 meses já está atualmente abaixo dos 3% e o mercado antecipa que em julho do próximo ano o BCE tenha descido as suas taxas de juro abaixo dos 2%”, antecipa Paulo Monteiro Rosa.

O pior já passou e vai haver mais crédito à habitação

Para já, “as perspetivas para quem tem um crédito à habitação indexado à Euribor são de um gradual alívio nos próximos meses e ao longo de 2025”, assegura Monteiro Rosa, opinião que é também partilhada por Filipe Garcia, da IMF.

“O pior dos juros no crédito à habitação já ficou para trás há algum tempo e tenderemos para taxas mais perto de 2%, cerca de metade dos máximos atingidos em 2023”, garante.

“Esta semana a taxa a 12 meses já cou abaxo de 3%, o que compara com os níveis acima de 4,20% atingidos há um ano. As Euribor deverão continuar a recuar ao longo desde e do próximo ano, embora seja discutível se o BCE irá cortar as taxas ao ritmo e na dimensão que o mercado desconta atualmente. Não me parece que venham a cortar tanto”, conclui Filipe Garcia.

Para Pedro Lino tudo vai, obviamente, depender da atuação do BCE, mas “se tivermos três cortes até dezembro, teremos uma taxa de depósitos que rondará os 3%. E, assim, os juros iriam descer entre 1 e 1,25 pontos ao longo de 2025”.

Para este analista o essencial a reter é, no entanto, “que mesmo com estas descidas — que agora parecem grandes —, as taxas não vão voltar aos níveis em que estavam, ou seja, negativas ou zero. Vamos continuar a ter aumento face a 2021 do crédito à habitação”.